

bilhões de bancos privados

Washington/AP

William Waack

Washington — O México fechou com os bancos particulares um empréstimo de 6 bilhões de dólares, parte de um pacote de 12 bilhões de dólares, que havia sido negociado pelo Fundo Monetário Internacional com a intervenção direta do governo americano. O problema, que a solução da questão mexicana levanta, é que, apesar desta intervenção direta do governo americano e do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, as condições em que o México consegue a sua injeção de dinheiro novo são consideradas muito pesadas.

O ministro Dilon Funaro também interveio pessoalmente em favor do México e estava ontem decepcionado com o resultado. "Para nós, teria sido muito melhor se os bancos não tivessem sido tão duros", afirmou Funaro. O ministro lembrou que o Brasil está atualmente pagando o mesmo spread que o México e, se ele conseguisse diminuir a taxa de risco, o Brasil também teria boas chances de êxito.

Clube de Paris

O Brasil está prestes a obter um acordo com os países credores reunidos no Clube de Paris. Esses governos exigiam até agora assinatura de um acordo prévio entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional para reescalonar a dívida oficial brasileira, exigência que o governo Sarney considera inaceitável. A solução encontrada é o artigo 4 do estatuto do FMI, que possibilita o envio de missões aos países membros para analisar seu desempenho econômico.

"Propus a eles aplicar o artigo 4, e montar através disso um sistema de entendimento", disse Funaro, ontem, a um grupo de jornalistas brasileiros, em uma reunião que se encontrou de tarde no Sheraton, sede do encontro anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Se aceita, a fórmula proposta por Funaro permitirá ao Brasil regularizar o pagamento de seu débito com o Clube de Paris sem ser submetido a um acordo *stand by* ou a vigilância reforçada (*enhanced surveillance*) por parte do FMI.

Estou aguardando ainda as respostas deles para essas duas questões. A primeira é a do artigo 4, a segunda refere-se à abertura das agências oficiais de crédito e financiamento", afirmou Funaro. "Não vou ficar pagando juros para esses países se não tiver uma garantia de que eles vão reabrir suas agências.

Não há prazo

Até o final do ano, Funaro pretende ter uma idéia do que está acontecendo, e aí anunciar novos passos. Ele desmentiu que tivesse fixado um prazo para os credores fornecerem essas respostas até dezembro, tal como publicado ontem pela *Gazeta Mercantil*, e foi contundente em relação ao jornal: "não é assim que eu agiria internacionalmente. Publicado assim, isso atrapalha meu trabalho", afirmou, nos corredores do Sheraton, pouco antes de dirigir-se a um almoço com banqueiros.

A data de dezembro é importante para o Brasil, principalmente devido a saída do atual diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques de Larosière, que deixa seu cargo no final do ano. Larosière, com quem Funaro já se encontrou três vezes, em Washington, num espaço de quatro

dias, tem trabalhado bastante para promover a tese brasileira (emprego do artigo 4 ao invés do acordo formal com o FMI). Até lá, disse uma importante fonte da delegação brasileira, existe prazo útil para explorar a ajuda de um aliado de peso.

Outro apoio significativo que a delegação brasileira vem recebendo é a dos principais bancos americanos e europeus, com os quais Funaro vem mantendo exaustivos encontros em Washington. Eles acolheram positivamente a idéia, que Funaro vem veiculando, de se usar o relatório da missão do Fundo que foi ao Brasil, dentro dos dispositivos do artigo 4, como instrumento de aprovação do Fundo para o plano de estabilização brasileira. "Alguma coisa do Fundo nós temos de ter, não importa o que", comentou um banqueiro alemão.

Interesse dos bancos

"O interesse dos bancos é óbvio", disse Funaro. "Papéis brasileiros têm sido vendidos com 20% a menos no valor, mas há muita gente que guardou o seu, acreditando que essa desvalorização seria apenas provisória. Tem havido agora vendas de papéis brasileiros, por gente que considera esse investimento aconselhável para o futuro".

Um dos principais negociadores brasileiros em Washington, ligado à área bancária, detecta fortíssimo interesse por parte dos bancos estrangeiros em regularizar a situação com o Brasil. Esse comentário, de fato, vem sendo feito também pelos banqueiros estrangeiros. "São os governos que estão mal informados e não estão entendendo agora qual é a posição do Brasil", disse um destacado banqueiro americano.

A resistência, no momento, está localizada nas instâncias políticas dos principais governos ocidentais. Funaro nega que seu colega americano, James Baker, seja um dos inflexíveis. "Tive últimas conversas com ele aqui. Preciso reconhecer a luta que ele vem mantendo contra o protecionismo", disse.

As declarações do ministro brasileiro estão em notável contraste com seu estado de espírito depois do que conversou com Baker durante a recente visita do presidente Sarney a Washington, no começo de setembro. Naquela ocasião, os brasileiros detectavam ainda considerável resistência à tese brasileira, país que pretendia ser tratado como caso excepcional. Ontem, Funaro pedia aos jornalistas até mesmo que evitasse o uso da palavra excepcional: não houve vencedores nem nossa tese prevaleceu, agora é melhor todos juntos, como numa bola de neve. Aí as coisas caminham muito mais fáceis, numa só direção", afirmou.

Funaro tem sido insistentemente otimista, às vezes num tom muitos graus superior a de seus assessores imediatos. Alguns deles, ainda sem conhecer o teor das declarações do ministro, comentavam ontem, contudo, que os ministros europeus estariam mostrando maior flexibilidade em relação à tese brasileira. Até agora, admite o próprio Funaro, "nada ficou combinado" (tanto o uso do artigo 4 como a abertura das agências oficiais).

Seus assessores concordam que o entendimento com os países membros do Clube de Paris está bem encaminhado. Um dos pontos que emperra a máquina de negociação, contudo, é estabelecer *spreads* para diversos créditos antigos.



Reagan, entre Larosière (E) e Conable (D), na reunião